

Trabalhando com Projetos

Educar para a diversidade étnica e cultural – investigação e ação

Ricardo Luiz da Silva Fernandes



*Educar para a
compreensão da
pluralidade cultural
é a luta para
construção da
igualdade entre
todos.*



educar para a diversidade étnica e cultural é a principal tarefa para a compreensão da pluralidade de uma sociedade. Nesse sentido, se faz necessário, a renovação das práticas educativas vigentes e, avaliações constantes de nosso cotidiano enquanto educadores.

Vivemos mergulhados numa série de contradições que trazem a etnicidade e a multiculturalidade como preocupação atual. Entre elas, é possível destacar que, mesmo com os processos de miscigenação, produto dos intercâmbios culturais desde tempos remotos, a dualidade entre brancos e negros ainda persiste como fator da timidez de diálogos efetivos entre essas culturas. Reconhecemos que a assimilação da cultura hegemônica, a branca de origem européia pelas sociedades africanas na diáspora foi elemento dominante.

Essa dicotomia que torna o saber fragmentado, dá margem para que a sociedade tome posições de afirmação identitária em detrimento de outrem, criando assim, teias de silenciamentos e restrições, onde existe o que deve ser ensinado e o que necessita ser omitido.

Gerar práticas educativas pautadas na inversão de valores culturais depreciativos, que ainda permanecem arraigados na sociedade brasileira, deixou de ser uma benevolência acadêmica, devido as mobilizações do Movimento Negro (I Congresso do Negro Brasileiro em 1950, Convenção nacional do Negro pela Constituinte 1986 e a Marcha para Zumbi dos Palmares contra o Racismo). Nesse sentido, os militantes da causa negra buscaram/buscam retirar do esquecimento a imensidão de saberes produzidos pelas populações de origem africana.

Investindo, na superação dos valores racistas, buscamos hoje responder a questão abaixo apresentada por Nascimento (1978) :

Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história africana, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características, do seu povo, foram ensinadas nas escolas brasileiras? (Nascimento, 1978, p.95)

O que venho argumentar nesse primeiro contato com os leitores desta revista é que educar para a compreensão da pluralidade cultural é a luta para

construção da igualdade entre todos. Ocupar essa lacuna e se impor a mitos racistas de si e de outros, deve refundar o paradigma educacional por meio da multiplicidade de manifestações ancestrais/culturais brasileiras. Evitando, por meio dessa afirmação, a geração dos processos de discriminação definida por Souza (2005):

Por conta dessas idéias desvalorativas, o indivíduo vitimado pelo preconceito passa a receber tratamento diferenciado que o coloca em condições de sobrevivência e posição inferior aos demais, caracterizando-se a discriminação. A discriminação é, pois, a efetivação do preconceito. (Souza, 2005, p.117)

Como acima foi afirmado, a educação deve implodir as expressões coletivas depreciativas que são utilizadas com frequência, seja nas relações educacionais ou familiares. Cabe pois a escola, em articulação com a família e a comunidade de pares, suprimir o preconceito e fortalecer os saberes africanos, expulsando do contexto escolar a discriminação dos descendentes de povos africanos.

Eis o desafio, o paradoxo de formar a igualdade por meio da diferença e da diversidade, favorecer o aprimoramento da ética positiva em relação a diferença, visando assim, formar os descendentes de povos africanos orgulhosos de sua ancestralidade, deste modo, veremos a seguir algumas propostas de efetivação de ações educativas para a afirmação de uma educação anti-racista.

AFRICANIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR: UM PLANEJAMENTO COLETIVO

Minha proposta é fortalecer a acuidade científica no que envolve essa temática, tal afirmação se justifica na necessidade de aprofundar nossa visão sobre o contexto em que serão firmadas nossas ações. Para isso, proponho que os projetos por aqui debatidos se iniciem por meio de duas etapas:

1 – Diagnostico local com a elaboração de um guia de investigação em que o professor deve levantar o modo como seus educandos constroem suas noções de vida, cultura e como percebem seu espaço social dentro da sociedade. Essas questões podem ser debatidas em turma, em grupos ou individualmente devendo os

mesmos debaterem sobre as formas como constroem seu pertencimento. O professor deve estar atendo aos silenciamentos e as enunciações presentes no decorrer da atividade.

Chizzotti (1991) afirma que pesquisador deve mobilizar sua inventividade, a sua habilidade artesanal e a sua perspicácia para elaborar a metodologia da pesquisa em campo, utilizando essa referência para construção deste plano, os instrumentos e técnicas do trabalho etnográfico, como dados colhidos da observação participante, do recolhimento de depoimentos pessoais, das entrevistas não-estruturadas, semi-estruturadas individuais e coletivas e da análise de conteúdo dos discursos.

2 – Mapa étnico e cultural. Esta etapa visa o cruzamento dos dados presentes no diagnóstico sendo relevante indagar de seus educandos sobre seu pertencimento étnico, com questões tais como: De que grupo cultural você pertence? Se você fosse entrevistado por um instituto de pesquisa qual seria a cor que você declararia ter e a de seus pais?

Bogdan & Taylor (1986) sugerem que o investigador olhe para o fenômeno de uma forma aberta, compreendendo que sempre surgirão novas informações. Para isso, as atuações serão pautadas em novos dados propiciadores do cotidiano, para o surgimento de novas questões trazidas pela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo vigente de educação ainda colabora para a segregação dos saberes. Isso se dá pela busca da racionalidade e da necessidade de cientificar a vida. A academia ainda precisa sobrepor sua razão e sua metodologia em detrimento dos modelos milenares de construção do saber.

No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem,

tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2001, p.25).

Essa hierarquização de saberes construiu uma educação padronizada, valorizando uma ótica cultural em detrimento de outra que emerge das relações cotidianas de construção desses saberes. Nesse ciclo, o educando é visto como sujeito vazio, que necessita ser preenchido com os saberes legitimados pela estrutura de poder, esse exercido pela intelectualidade, seja ela local, regional ou global.

Nos próximos artigos, pretendo focalizar a educação como forma de inclusão dos descendentes de povos africanos, visando ampliar nosso olhar sobre a cultura, mas sobretudo, evidenciar a importância desse saber peculiar para a construção da identidade brasileira.

Saudações Quilombolas.



Ricardo Luiz da Silva Fernandes é Pedagogo, formado pela UNIRIO (Brasil), Gestor de Projetos em Educação para as Relações Étnicas e Raciais, Mestrando em Ciências da Educação na Área de Formação Pessoal e Social da Universidade de Aveiro – (Portugal)
E-mail: ricardofernandes@ua.pt